

## **Gerência de Compras de Materiais e Serviços - SL/MS**

### **Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº SL/MS 500-H13859**

**Futura e eventual contratação de serviços técnicos especializados para atender demandas extraordinárias e transitórias da Superintendência de Tecnologia da Informação e Telecomunicações - TI.**

## **SUMÁRIO**

<b>1</b>	<b>OBJETO</b>	<b>4</b>
<b>2</b>	<b>TIPO DE LICITAÇÃO - REGIME DE CONTRATAÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>3</b>	<b>PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO</b>	<b>4</b>
<b>4</b>	<b>RETIRADA DO EDITAL</b>	<b>4</b>
<b>5</b>	<b>ABERTURA</b>	<b>4</b>
<b>6</b>	<b>PRAZO DE CONTRATAÇÃO E DE VALIDADE DA ARP</b>	<b>5</b>
<b>7</b>	<b>REAJUSTAMENTO DE PREÇOS</b>	<b>5</b>
<b>8</b>	<b>GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>	<b>5</b>
<b>9</b>	<b>VISITA TÉCNICA ÀS INSTALAÇÕES</b>	<b>5</b>
<b>10</b>	<b>SUBCONTRATAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>11</b>	<b>ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES</b>	<b>5</b>
<b>12</b>	<b>PROCEDIMENTO DE VISTA DOS AUTOS</b>	<b>6</b>
<b>13</b>	<b>REGIME DIFERENCIADO APLICÁVEL ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE</b>	<b>7</b>
<b>14</b>	<b>CADASTRAMENTO E CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES</b>	<b>7</b>
<b>15</b>	<b>CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>16</b>	<b>PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS</b>	<b>9</b>
<b>17</b>	<b>DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS</b>	<b>9</b>
<b>18</b>	<b>ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA</b>	<b>9</b>
<b>19</b>	<b>SESSÃO DO PREGÃO</b>	<b>12</b>
<b>20</b>	<b>RECURSOS E CONTRARRAZÕES</b>	<b>17</b>
<b>21</b>	<b>HOMOLOGAÇÃO</b>	<b>18</b>
<b>22</b>	<b>REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO</b>	<b>19</b>

<b>23</b>	<b>SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO (SRP)</b>	<b>19</b>
<b>24</b>	<b>ATA DE REGISTRO DE PREÇOS</b>	<b>20</b>
<b>285</b>	<b>CANCELAMENTO E ALTERAÇÕES DO REGISTRO</b>	<b>22</b>
<b>26</b>	<b>CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO</b>	<b>21</b>
<b>27</b>	<b>SANÇÕES</b>	<b>21</b>
<b>28</b>	<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PROVISIONAMENTO</b>	<b>22</b>
<b>29</b>	<b>DISPOSIÇÕES GERAIS</b>	<b>22</b>
<b>30</b>	<b>LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO</b>	<b>22</b>
<b>31</b>	<b>ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL</b>	<b>23</b>

A **CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CEMIG D**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Avenida Barbacena, 1.200, 17º andar, Ala A1, Bairro Santo Agostinho, CNPJ/MF nº. 06.981.180/0001-16, e a **CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. – CEMIG GT**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Avenida Barbacena, 1.200, 12º andar, Ala B1, Bairro Santo Agostinho, CNPJ/MF nº 06.981.176/0001-58, doravante denominadas **ÓRGÃO GERENCIADOR**, por meio da Gerência de Compras de Materiais e Serviços - SL/MS, torna público que realizará a presente licitação objetivando a futura e eventual contratação dos serviços abaixo discriminados, na data, hora e local indicados neste edital, em conformidade com as condições do presente instrumento convocatório e em seus respectivos anexos.

## **1. OBJETO**

1.1. Constitui objeto desta licitação a futura e eventual contratação dos serviços especializados discriminados abaixo, para atender demandas extraordinárias e transitórias da Superintendência de Tecnologia da Informação e Telecomunicações - TI, distribuídos em 02 lotes, conforme Termo de Referência, anexo deste edital.

**Lote 01 - Desenvolvimento:** Administrador de Bancos de Dados - DBA - Especialista em dados Geoprocessados e BI, Analista de Infraestrutura Ágil, Analista de Requisitos, Analista de Teste e Documentação de Testes, Analista de Usabilidade/Designer, Analistas Programadores full-stack.

**Lote 02 - Governança:** Documentador, Analista de Processos BPM, Diagramação, Simulação e Geração de Camada de Software e Documentação, Analista de Segurança da Informação, Analista Scrum Master (SM), Arquiteto de Software, Cientista de Dados, Gerente de Projetos, Modelagem e Administração de Dados (AD).

## **2. TIPO DE LICITAÇÃO - REGIME DE CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente licitação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, do tipo **MENOR PREÇO**, no regime de execução **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, para participação ampla.

## **3. PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO**

3.1. Os trabalhos serão conduzidos por empregados da CEMIG designados através do Ato Administrativo ou o que suceder, publicado no Portal de Compras da Cemig.

## **4. RETIRADA DO EDITAL**

4.1. O edital de licitação poderá ser obtido gratuitamente por meio do endereço eletrônico <http://compras.cemig.com.br> - Portal Eletrônico de Compras da CEMIG.

## **5. ABERTURA**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada neste edital.

5.2. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão, obrigatoriamente, o horário oficial de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame:

Prazo para Envio de Propostas: até as 09h45min do dia 20/03/2020.

Data da realização do Pregão: 20/03/2020.

Horário de abertura da sessão pública: 10h00min.

## **6. PRAZO DE CONTRATAÇÃO E DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. Os prazos da contratação serão aqueles estabelecidos na Minuta do Contrato constante no Anexo C do edital.

6.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será aquele estabelecido na Minuta da Ata constante no Anexo F do edital.

## **7. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

7.1. O reajustamento dos preços ocorrerá conforme estabelecido na Cláusula “Do Reajuste de Preços” constante da Minuta do Contrato - Anexo C.

## **8. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

8.1. Dispensada a apresentação da garantia.

## **9. VISITA TÉCNICA ÀS INSTALAÇÕES**

9.1. Não aplicável.

## **10. SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do presente objeto.

## **11. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

11.1. Qualquer pessoa ou licitante poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o presente edital até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, contado na forma do parágrafo único do artigo 10 do Decreto Estadual nº 44.786/08.

11.1.1. Os esclarecimentos deverão ser formalizados por escrito e enviados ao endereço eletrônico [esclarecimentos.licitacaoservicos@cemig.com.br](mailto:esclarecimentos.licitacaoservicos@cemig.com.br), constando no campo “Assunto” os dados do pregão a que se refere – Exemplo: “Pregão Eletrônico nº xxxx - objeto resumido”, observado o prazo assinalado acima.

11.1.2. As impugnações deverão, obrigatoriamente, ser formalizadas por escrito, devidamente fundamentadas e instruídas com indícios de provas, assinadas

e protocoladas em dia úteis, na Av. Barbacena, 1200 - Bairro Santo Agostinho - Belo Horizonte – MG, das 8hs às 18hs, direcionadas ao Pregoeiro responsável, podendo o impugnante ser chamado a demonstrar a substância dos indícios apresentados, sob pena de responder por falsa alegação.

11.1.3. Decairá do direito de solicitar esclarecimentos e impugnar os termos do edital o interessado que não o fizer até o prazo assinalado no caput, sem prejuízo do exercício da autotutela pela CEMIG.

11.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos, as impugnações e adendos serão publicados no Portal Eletrônico de Compras, na área relativa à licitação correspondente, no link “Documentos do Edital”, sendo de exclusiva responsabilidade dos interessados a obtenção de tais documentos e o acompanhamento diário das informações ali disponibilizadas.

11.3. Caso haja visita técnica os pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados, excepcionalmente, até o segundo dia útil após a data de realização da visita.

## **12. PROCEDIMENTO DE VISTA DOS AUTOS**

12.1. Qualquer interessado poderá solicitar vista dos autos dos processos administrativos licitatórios das empresas do Grupo CEMIG, observadas as seguintes condições:

12.1.1. Os pedidos de vistas deverão ser solicitados por e-mail, no mesmo endereço citado no item 11.1.1, devendo conter a identificação do requerente e do processo que se pretende o acesso.

12.1.2. Os autos serão disponibilizados aos interessados na sede da CEMIG, localizada na Av. Barbacena, 1200 - Bairro Santo Agostinho - Belo Horizonte – MG, de 8 às 12h e de 13 às 17h, em dias úteis, observado, ainda:

12.1.2.1. Após a publicação do edital e até o início do horário proposto para a abertura do certame será permitida vista ao processo mediante agendamento prévio, nos termos do item antecedente.

12.1.2.2. Após a abertura da sessão pública, a vista ao processo será franqueada aos interessados somente na fase recursal;

12.1.2.3. Após o encerramento da sessão será necessário o agendamento de dia e horário, observadas as condições descritas nos itens 12.1.1 e 12.1.2.

12.1.3. Para a obtenção de cópia eletrônica de documentos, o requerente deverá disponibilizar a mídia digital, dispositivo de memória removível ou pen drive. Devido ao processo ser eletrônico, não é aplicável cópia xerográfica e fotografia de documentos físicos.

### **13. REGIME DIFERENCIADO APLICÁVEL ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

- 13.1. Aplicam-se às microempresas- ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP participantes desta licitação os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 20.826/2013 e Decreto Estadual nº 44.630/2007.
- 13.2. O critério de participação em cada lote seguirá as seguintes diretrizes:
- 13.2.1. **Lote com Participação Exclusiva de ME e EPP:** permitida a participação somente de ME e EPP, cujo valor total estimado não ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- 13.2.2. **Lote com Participação Ampla:** permitida a participação ampla e irrestrita a todas as empresas.
- 13.3. O Regime Diferenciado pode não ser aplicado nas hipóteses previstas pelo art. 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- 13.4. Nos termos do art. 18-E, §§2º e 3º, da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, o Microempreendedor Individual (MEI) é modalidade de microempresa, estendendo-se a ele todos os benefícios aplicáveis às microempresas, sempre que lhe for mais favorável.

### **14. CADASTRAMENTO E CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES**

- 14.1. Para fazer o cadastramento e o credenciamento necessários à participação nas licitações do Grupo CEMIG, os interessados deverão observar todas as exigências contidas no site oficial da CEMIG, por meio do link [Cadastro de Fornecedores](#).

### **15. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 15.1. A participação neste Pregão implica plena e irrevogável aceitação das normas constantes no presente edital e seus Anexos.
- 15.2. **PODERÃO PARTICIPAR** deste certame as empresas nacionais que:
- 15.2.1. estiverem cadastradas junto à CEMIG, na data de realização do Pregão, no grupo de serviço **0603 - INF - SOFTWARE**.
- 15.2.2. estiverem credenciadas junto ao Coordenador do Sistema.
- 15.3. **NÃO PODERÃO** participar da licitação e nem serem contratadas as empresas que se enquadrem nas seguintes situações:
- 15.3.1. cujo objeto social ou ramo de atividade seja incompatível com o objeto da licitação;
- 15.3.2. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CEMIG;
- 15.3.3. suspensão pela CEMIG;

- 15.3.4. apenas nos termos do art. 7º, da Lei nº 10.520/02, por parte da Administração Pública do Estado;
  - 15.3.5. declarada inidônea pela Administração Pública da União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
  - 15.3.6. constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea perante a CEMIG;
  - 15.3.7. cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea perante a CEMIG;
  - 15.3.8. constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea perante a CEMIG, no período dos fatos que tenham dado ensejo à sanção;
  - 15.3.9. cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea perante a CEMIG, no período dos fatos que tenham dado ensejo à sanção;
  - 15.3.10. que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que tenha participado, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
  - 15.3.11. que esteja sob regime de falência decretada, ou sob processo de dissolução ou liquidação;
  - 15.3.12. que esteja sob processo de recuperação judicial ou extrajudicial;
  - 15.3.13. que estejam reunidas em Consórcio, ainda que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias;
  - 15.3.14. empresas participantes do mesmo certame e lote, que tenham em comum entre si, os sócios/controladores, ou administradores/gestores, ou contadores responsáveis, ou responsáveis técnicos, ainda que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias.
- 15.3. Aplica-se a vedação prevista acima:
- 15.3.1. à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
  - 15.3.2. a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau, com:
    - 15.3.2.1. dirigente da CEMIG;
    - 15.3.2.2. empregado de empresa contratante do Grupo CEMIG cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;



- 15.3.2.3. autoridade do Estado de Minas Gerais, assim definida nos termos do art. 26, do Decreto Estadual nº 47.154/2017;
- 15.3.2.4. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CEMIG ou contratante há menos de 6 (seis) meses;
- 15.3.3. pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o projeto básico da licitação;
- 15.3.4. de pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico da licitação;
- 15.3.5. de pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso, quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.
- 15.4. As vedações acima citadas se aplicam à participação direta ou indireta. Considera-se participação indireta a existência de vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, e a licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.
- 15.5. O disposto no item antecedente aplica-se a empregados incumbidos de levar a efeito atos e procedimentos realizados pela CEMIG no curso da licitação.
- 15.6. É permitida a participação das pessoas jurídicas e da pessoa física de que tratam os itens 15.3.4 e 15.3.5 em licitação ou em execução de contrato, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da CEMIG.
- 15.7. Para verificação da regularidade da situação da licitante, a CEMIG poderá consultar, a qualquer tempo, o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e o site do Portal da Transparência, bem como, quando for o caso, os cadastros oficiais de outros Estados e Municípios da União.

## **16. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

- 16.1. Vedada a participação de consórcios.

## **17. DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS**

- 17.1. Para fins de verificação das condições habilitatórias o proponente detentor da proposta de menor preço deverá, durante a etapa da Habilitação, apresentar os documentos exigidos na fase de ["CADASTRAMENTO E CREDENCIAMENTO"](#), que estiverem com o prazo de validade vencido e, ainda:

**17.1.1. Habilitação Fiscal**

- 17.1.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 17.1.1.2. Prova de regularidade perante a Seguridade Social, comprovada mediante a apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, negativa ou positiva com efeitos de negativa;
- 17.1.1.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), comprovada mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- 17.1.1.4. Prova de regularidade perante a Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais, mediante a apresentação da Certidão de Débito Tributário – CDT, para proponentes com sede/domicílio/filial em Minas Gerais;

**17.1.2. Habilitação Jurídica**

- 17.1.2.1. Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, em conformidade com a Minuta anexa ao edital, quando for permitida a participação de consórcio.

**17.1.3. Qualificação Econômico-Financeira**

- 17.1.3.1. Não aplicável.

**17.1.4. Qualificação Técnica**

- 17.1.4.1. Não aplicável.

**18. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

- 18.1. Os interessados deverão registrar as propostas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcado para o envio de propostas, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
  - 18.1.1. Deverá, ainda, o proponente observar as regras dispostas no Roteiro de Utilização do Portal de Compras, inclusive, no que se refere às declarações solicitadas no sistema.
- 18.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, bem como do disposto nos itens acima, sujeitará a empresa licitante às sanções previstas neste edital e na legislação pertinente.
- 18.3. No preço ofertado pelo proponente deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos necessários à completa e perfeita realização dos serviços objeto desta licitação.

- 18.3.1. Caso exista algum benefício fiscal diferenciado ou específico tal condição deverá ser informada na proposta, bem como apresentar os documentos necessários à comprovação do respectivo benefício.
- 18.3.1.1. Tratando-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsão no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991, nos artigos 112, 115 e 118 da Instrução Normativa – RFB nº 971, de 13/11/2009, e posteriores alterações, a licitante Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional, que, não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações
- 18.3.2. Caso o objeto licitado possua insumos/matérias-primas atrelados à moeda estrangeira, será de responsabilidade da CONTRATADA a previsão do custo do hedge na formação do seu preço, visando à mitigação dos riscos da variação de preços das commodities, assim como da variação cambial dos insumos/matérias-primas empregados na fabricação do material/equipamento.
- 18.3.2.1. Não serão deferidos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes das referidas variações.
- 18.3.3. Caberá ao proponente, na hipótese de faturamento em separado de material, quando do fornecimento oriundo de outro Estado que não Minas Gerais, incluir no valor de sua proposta a diferença do ICMS de origem em relação ao ICMS de Minas Gerais, para efeito de julgamento, portanto, caso seja vencedor, o valor a receber será igual ao valor proposto menos o valor do diferencial de ICMS.
- 18.3.4. A proposta (valor global e/ou unitário) deverá apresentar preços correntes de mercado, com duas casas decimais, ex.: R\$0,00, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária ou de custo financeiro.
- 18.4. As propostas deverão ter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de realização do pregão.
- 18.5. A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, formulada em conformidade com o Modelo de Carta Proposta, anexo ao edital.
- 18.6. A proposta final do proponente vencedor deverá ser, obrigatoriamente, rubricada, datada e assinada pelo representante legal da licitante, devidamente qualificado.
- 18.7. Documentos não solicitados neste edital que forem anexados à proposta serão desconsiderados, independentemente de comunicação formal pelo Pregoeiro.
- 18.8. Para fins de formulação da proposta os interessados deverão pautar-se, desde já, assim como considerar como futura obrigação contratual, o cumprimento dos

princípios éticos de condutas profissionais contidos na “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG”, e sua política antifraude, disponível no endereço eletrônico: [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br)- link Conduta Ética.

## **19. SESSÃO DO PREGÃO**

### **19.1. Abertura da Sessão**

- 19.1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, <http://compras.cemig.com.br>, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.
- 19.1.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 19.1.3. O Proponente responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seus representantes.
- 19.1.4. Ficará a critério do Pregoeiro definir se as etapas/fases do processo serão simultâneas para todos os lotes ou se será definida uma ordem entre eles.

### **19.2. Classificação das propostas comerciais**

- 19.2.1. Após a abertura da sessão pública o sistema divulgará os preços recebidos sem informar a sua autoria.
- 19.2.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, em regra, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital e seus anexos.
  - 19.2.2.1.1. É facultado ao Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, convocando o proponente para proceder aos ajustes necessários.
  - 19.2.2.1.2. Se o Pregoeiro julgar imprescindível o fornecimento de alguma informação ou documento, ser-lhe-á facultado o direito de promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do valor ofertado, no prazo por ele estipulado, que poderá ser prorrogado por igual período, caso necessário.
    - 19.2.2.1.2.1. O não atendimento à solicitação no prazo estabelecido importará na desclassificação da licitante.
  - 19.2.2.1.3. Serão admitidas propostas de valor zero ou negativa, desde que a licitante faça prova da exequibilidade da proposta em comparação aos preços praticados no mercado, para o regular cumprimento do contrato.

19.2.3. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances.

### **19.3. Etapa de Lances**

19.3.1. Iniciada a etapa de lances, serão divulgadas em tempo real todas as mensagens trocadas no chat do sistema, inclusive valor e horário dos lances registrados, vedada a identificação do proponente.

19.3.1.1. Não será aceito em hipótese nenhuma, tanto na fase de lances como na fase de tempo randômico, o envio de lances pelo campo de mensagens do sistema (chat), devendo ser informados no campo próprio indicado pelo sistema.

19.3.1.2. O Pregoeiro poderá definir o percentual ou o valor de redução mínima entre os lances e o tempo máximo para a sua formulação.

19.3.1.3. Serão aceitos lances cujos valores ofertados pelo proponente forem inferiores ao seu último lance registrado no sistema.

19.3.2. O Pregoeiro poderá excluir lance enviado incorretamente, tanto na etapa de lances quanto no tempo randômico, desde que solicitado pelo licitante, com a devida justificativa.

19.3.2.1. Caso o Pregoeiro decida pela exclusão do lance incorretamente enviado, será reaberto novo tempo randômico.

19.3.3. Ocorrendo a desconexão do Pregoeiro, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos proponentes para a recepção dos lances e o Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

19.3.3.1. Não sendo possível ao Pregoeiro dar continuidade à sua atuação, a sessão terá reinício somente após a divulgação no Portal Eletrônico de Compras da data e horário para sua retomada.

19.3.4. A critério do ÓRGÃO GERENCIADOR, o encerramento da sessão de lances para o respectivo item/lote será efetuado pelo Pregoeiro, mediante aviso de fechamento iminente.

19.3.4.1. Efetuado o fechamento, iniciar-se-á o tempo randômico, qual seja, período de 5 (cinco) até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, quando, então, será automaticamente encerrada a etapa de lances, classificando-se em primeiro lugar o detentor da proposta de menor preço.

### **19.4. Julgamento das Propostas**

19.4.1. O critério de julgamento será o de **Menor Preço global por lote**, e será promovido em conformidade com o disposto neste Edital.

19.4.2. Após a classificação da proposta de menor preço, será verificado se o proponente que a detém se enquadra nos requisitos para fins de aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/06, da seguinte forma:

19.4.2.1.1. Caso o presente objeto não ultrapasse o valor estimado de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão observadas as regras elencadas na subseção “Lote(s) com Participação Exclusiva de ME e EPP”.

19.4.2.1.2. Caso o valor estimado da contratação ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão observadas as regras elencadas na subseção “Lote(s) com Participação Ampla”.

#### **19.5. Lote(s) com Participação Exclusiva de ME e EPP**

19.5.1. Apurada a proposta de menor preço da microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro encaminhará contraproposta, pelo sistema eletrônico, diretamente ao proponente que a tenha apresentado, para que seja negociado um melhor preço e decidido sobre sua aceitação.

19.5.2. Para verificação da aceitabilidade da oferta de menor preço, a licitante deverá realizar o upload da proposta comercial e planilha de preços com os valores atualizados obtidos no Pregão, conforme o Anexo Modelo de Carta-Proposta, no prazo a ser determinado pelo Pregoeiro, com possibilidade de prorrogação por igual período. Deverão ser encaminhados, adicionalmente, os seguintes documentos:

19.5.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, devidamente registrado na Junta Comercial e publicado.

19.5.2.2. Instrumento de procuração com firma reconhecida em cartório, com poderes específicos para tal ato, para os casos em que pessoa diversa daquela constante no ato constitutivo, estatuto ou contrato social, for assinar o contrato, pedido de compra ou termo aditivo. Fica dispensado o reconhecimento de firma quando a procuração se der por instrumento público.

19.5.2.3. Quando o preço total ofertado for aceitável mas seus preços unitários necessitarem de ajustes, desde que tal ajuste não implique em aumento de seu valor global, o Pregoeiro poderá solicitar a reapresentação da planilha de preços.

19.5.2.4. Caso haja suspeita de inexecuibilidade da proposta, o Pregoeiro indicará fundamentadamente tal circunstância ao proponente, concedendo-lhe prazo para demonstração da viabilidade de sua proposta.

19.5.2.4.1. Será considerada inexecuível a proposta que não demonstrar sua viabilidade comprovando que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os praticados no mercado.

19.5.2.5. Aceita a proposta de preços, será iniciada a avaliação da documentação habilitatória.

19.5.2.6. Concluído com êxito o presente lote, será(ão) revogados(s) o(s) Lote(s) com Participação Ampla.

19.5.3. Ocorrendo sua desclassificação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade, até a seleção de proposta que atenda ao edital, sendo iniciada, em seguida, a análise da documentação de habilitação.

19.5.4. Não havendo nenhuma proposta que atenda às condições do edital, o presente lote será fracassado e aberto o “Lote com Participação Ampla”, para o qual poderão participar todo e qualquer interessado.

#### **19.6. Lote(s) com Participação Ampla**

19.6.1. Encerrada a etapa de lances e classificando-se em primeiro lugar empresa de grande ou de médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, conforme segue:

19.6.1.1. Identificar-se-ão as propostas ofertadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, que se encontrarem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada, desde que a licitante tenha declarado no Portal Eletrônico de Compras, o seu enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no momento do envio de sua proposta comercial.

19.6.1.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, que se enquadra na condição descrita no subitem acima, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo de até 5 (cinco) minutos, após a convocação pelo Pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.

19.6.1.2.1. A não apresentação de proposta no prazo acima estipulado implicará na decadência do direito conferido pela Lei Complementar 123/06, sendo convocadas as empresas remanescentes que se enquadrem na mesma condição, pela ordem de classificação, para exercício do mesmo direito.

19.6.1.3. O critério de desempate previsto no caput também será aplicado nas hipóteses de formação de consórcios, desde que estes sejam constituídos EXCLUSIVAMENTE por ME e/ou EPP.

19.6.1.3.1. Sendo constatado durante a análise dos documentos de habilitação que a licitante é parte de um consórcio composto por empresa NÃO ENQUADRADA como EPP ou ME, será promovida a desclassificação da licitante, convocando-se as demais, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

19.6.2. Uma vez cumprido o rito estabelecido no item 19.6.1, e assim definida a classificação final das propostas, o Pregoeiro passará a negociar um melhor preço com o proponente classificado em primeiro lugar, podendo, inclusive,



encaminhar contraproposta, não sendo permitida a negociação de condições diferentes daquelas previstas no edital.

19.6.3. Um mesmo licitante somente poderá ser declarado vencedor de, no máximo, 01 (um) lote, desde que garantido o menor preço ofertado conforme procedimento descrito a seguir, observados os demais requisitos para adjudicação estabelecidos no edital:

19.6.3.1. O Pregoeiro deverá estabelecer um prazo para que o proponente classificado em segundo lugar aceite ou não executar os serviços pelo preço do primeiro colocado.

19.6.3.2. Caso não concorde, o Pregoeiro deverá adotar procedimento idêntico junto aos proponentes subsequentes. Caso nenhum dos proponentes subsequentes aceite executar os serviços pelo preço do primeiro colocado, o Pregoeiro poderá adjudicar 100% (cem por cento) do fornecimento ao primeiro colocado.

19.6.4. Para verificação da aceitabilidade da oferta de menor preço, o licitante deverá realizar o upload da proposta comercial e planilha de preços com os valores atualizados obtidos no Pregão, conforme o Anexo Modelo de Carta Proposta, no prazo a ser determinado pelo Pregoeiro, com possibilidade de prorrogação por igual período. Deverá(ão) ser encaminhado(s), adicionalmente, o(s) seguinte(s) documento(s):

19.6.4.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, devidamente registrado na Junta Comercial e publicado.

19.6.4.2. Instrumento de procuração com firma reconhecida em cartório, com poderes específicos para tal ato, para os casos em que pessoa diversa daquela constante no ato constitutivo, estatuto ou contrato social, for assinar o contrato, pedido de compra ou termo aditivo. Fica dispensado o reconhecimento de firma quando a procuração se der por instrumento público.

19.6.4.3. Espelho da nota fiscal demonstrando como ocorrerá o faturamento dos serviços e/ou materiais componentes desta contratação, de acordo com o modelo de carta proposta e/ou planilha de preços/custos.

19.6.4.4. Quando o preço total ofertado for aceitável, mas seus preços unitários necessitarem de ajustes, desde que tal ajuste não implique em aumento de seu valor global, o Pregoeiro poderá solicitar a reapresentação da planilha de preços.

19.6.4.5. Caso haja suspeita de inexequibilidade da proposta, o Pregoeiro indicará fundamentadamente tal circunstância ao proponente, concedendo-lhe prazo para demonstração da viabilidade de sua proposta.



19.6.4.5.1. Será considerada inexecutável a proposta que não demonstrar sua viabilidade comprovando que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os praticados no mercado.

19.6.4.6. Aceita a proposta de preços será iniciada a avaliação da documentação habilitatória.

19.6.5. Ocorrendo sua desclassificação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade, até a seleção de proposta que atenda ao edital, sendo iniciada, em seguida, a análise da documentação de habilitação.

## **19.7. Habilitação**

19.7.1. Para fins de comprovação da regularidade habilitatória, o proponente detentor da proposta de menor preço deverá realizar o upload dos documentos exigidos na Seção “Documentos Habilitatórios”, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, a partir da convocação, podendo ser prorrogado por igual período, a seu critério.

19.7.1.1. Caso o proponente seja microempresa ou empresa de pequeno porte e esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério do Pregoeiro, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

19.7.2. No interesse do ÓRGÃO GERENCIADOR, o Pregoeiro poderá perguntar aos demais licitantes, até o máximo de 03 (três), se aceitam executar os serviços, objeto deste certame, pelo preço ofertado pelo proponente detentor da melhor proposta. Em caso positivo, o Pregoeiro irá avaliar as condições de habilitação dos licitantes que aceitaram realizar os serviços pelo preço do licitante vencedor, observados os critérios em que se poderá valer a Administração dos registros dos preços dos segundo e terceiro colocados.

19.7.3. Se todos os proponentes forem inabilitados, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de até 8 (oito) dias úteis para apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de sua inabilitação.

## **20. RECURSOS E CONTRARRAZÕES**

20.1. Após o encerramento da fase de habilitação e uma vez declarado o vencedor, será iniciada a fase recursal.

20.2. Qualquer licitante terá o prazo de 10 (dez) minutos para manifestar motivadamente, em campo próprio, sua intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

- 20.2.1. Caso as licitantes manifestem desinteresse em interpor recurso, o sistema registrará a opção no chat e encerrará o prazo recursal independentemente do transcurso do prazo de 10 (dez) minutos acima citado.
- 20.2.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de interposição de recurso e, conseqüentemente, na adjudicação do objeto ao vencedor, na própria sessão.
- 20.3. As razões recursais, bem como as contrarrazões, obrigatoriamente deverão ser formalizadas por escrito, devidamente assinadas e protocoladas na CEMIG - Gerência de Compras de Materiais e Serviços – SL/MS, Av. Barbacena, 1200, 1º andar - Santo Agostinho - Belo Horizonte - Minas Gerais - 30190-131, devendo ser entregues até às 18 horas do último dia do seu respectivo prazo.
  - 20.3.1. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os prazos legais, bem como os que forem enviados por fax, e-mail e outros meios.
- 20.4. Os recursos e contrarrazões recebidos, assim como as decisões deles decorrentes, serão disponibilizados no Portal Eletrônico de Compras, para conhecimento de todos os interessados, sendo dever da licitante consultar diariamente o Portal para verificação de inclusão dos referidos documentos.
  - 20.4.1. A intimação dos atos será feita mediante publicação no Portal Eletrônico de Compras, considerando-se intimados todos os licitantes a partir do momento em que as decisões forem disponibilizadas no Portal.
- 20.5. Os recursos serão apreciados pelo Pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à autoridade superior, que decidirá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento.
  - 20.5.1. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, exceto quando manifestamente protelatório ou quando o Pregoeiro puder decidir de plano.
  - 20.5.2. O acolhimento do recurso importará na validação dos atos suscetíveis de aproveitamento.
- 20.6. Poderão ser inadmitidos de plano os recursos meramente protelatórios, impertinentes ou intempestivos, com possibilidade de aplicação de penalidades.
  - 20.6.1. Consideram-se recursos manifestamente protelatórios aqueles que versarem sobre matérias já discutidas e decididas ou preclusas no curso do certame.

## **21. HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 21.1. Julgados os recursos ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR homologará o resultado da licitação e convocará os vencedores da licitação para a assinatura da ARP, dentro do prazo e condições estabelecidos no Edital, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

- 21.2. A existência de preços registrados não obriga os ÓRGÃOS GERENCIADOR e PARTICIPANTES a firmarem as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a compra pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições, nos termos do art. 23, do Decreto Estadual nº 46.311/2013.

## **22. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO**

- 22.1. O processo de contratação poderá ser anulado ou revogado, a qualquer tempo, mediante justificativa expressa, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 22.1.1. A anulação poderá ser declarada de ofício ou por provocação de terceiros, devidamente fundamentada, salvo quando for viável a convalidação do ato ou procedimento viciado, observados o contraditório e a ampla defesa.
- 22.1.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, observado o disposto no item subsequente.
- 22.1.3. A nulidade da licitação induz à do contrato.
- 22.2. A revogação do processo de contratação será admitida por razões de interesse público superveniente, devidamente justificado, observados o contraditório e a ampla defesa, se for o caso.

## **23. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO (SRP)**

- 23.1. Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o proponente que tiver seu preço registrado, ficará obrigado ao fornecimento do serviço, bem como deverá manter todas as condições de habilitação exigidas, nos termos estabelecidos nesta licitação;
- 23.2. O inadimplemento de qualquer item deste Edital ensejará, a critério do ÓRGÃO GERENCIADOR, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das demais penalidades previstas na licitação;
- 23.3. O ÓRGÃO GERENCIADOR monitorará, periodicamente, os preços dos serviços, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, conforme disposto no artigo 15, do Decreto Estadual 46.311/15, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados;
- 23.3.1. Serão considerados compatíveis com os preços de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados em pesquisa a ser realizada pela CONTRATANTE;
- 23.4. Na hipótese dos preços registrados, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, permanecerem superiores após a pesquisa realizada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR mencionada no parágrafo anterior, o fato será registrado no processo, adotando o ÓRGÃO GERENCIADOR as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, assegurando-se ao BENEFICIÁRIO DA ATA preferência de fornecimento, quando o menor preço ofertado for igual ao registrado;

23.4.1. Caso o ÓRGÃO GERENCIADOR verifique ser mais vantajosa a contratação por outro meio diverso do SRP, deverá promover a revogação do item, do lote e/ou da ARP, conforme disposto no art. 15, §1º, III, do Decreto 46.311/13.

23.5. O registro de determinado preço será cancelado quando ocorrer qualquer das hipóteses previstas no item Cancelamento do Registro do BENEFICIÁRIO DA ARP, da Minuta da Ata de Registro de Preços, anexo deste Edital,

## **24. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

24.1. A Ata de Registro de Preços será firmada entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o(s) proponente(s) que apresentou(aram) a(s) proposta(s) classificada(s), no presente certame;

24.1.1. Os proponentes que concordarem em executar o objeto da licitação pelo preço do primeiro colocado serão convocados a assinar a Ata de Registro de Preços, observada, para todos os efeitos, a ordem de classificação;

24.2. A licitante vencedora e as demais que concordarem em executar o objeto da licitação pelo preço da primeira colocada serão convocadas eletronicamente através do e-mail e telefone celular informados na Carta Proposta, para assinar o contrato na plataforma DocuSign, nos termos da Minuta da Ata. Os signatários devem configurar seu correio eletrônico para que os e-mails do domínio "@docusign.net" não sejam direcionados para a caixa de Spam. Uma vez que o contrato for emitido, a convocação se dará imediatamente, devendo o(s) responsável(is) assinar o contrato, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

24.3. A recusa injustificada do proponente vencedor e dos demais que concordarem em executar o objeto da licitação pelo preço do primeiro colocado em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se ao ÓRGÃO GERENCIADOR o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação (por objeto), prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta inicial e o preço apurado na etapa competitiva, se for o caso.

24.4. Os concorrentes remanescentes, convocados na forma do item anterior, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços não estarão sujeitos às penalidades mencionadas neste Edital de licitação.

24.5. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de sua incompatibilidade com o preço vigente no mercado.

## **25. CANCELAMENTO E ALTERAÇÕES DO REGISTRO**

25.1. O preço registrado será cancelado, a critério do ÓRGÃO GERENCIADOR ou a pedido do BENEFICIÁRIO DA ATA, desde que com devida autorização da Administração, nas situações descritas na Minuta da Ata de Registro de Preços, anexa ao edital, e em lei.

- 25.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual variação daqueles praticados no mercado, ou de fato que altere o custo dos serviços ou bens registrados, observado o disposto no artigo 15, do Decreto Estadual 46.311/13.

## **26. CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

- 26.1. Após a homologação pela Autoridade Competente, e obedecendo a sua necessidade e conveniência, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá efetivar a contratação, sendo a licitante vencedora convocada eletronicamente através do e-mail e telefone informados na Carta Proposta, para assinar o contrato na plataforma DocuSign, nos termos da Minuta de Contrato. Os signatários devem configurar seu correio eletrônico para que os e-mails do domínio "@docusign.net" não sejam direcionados para a caixa de Spam. Uma vez que o contrato for emitido, a convocação se dará imediatamente, devendo o(s) responsável(is) assinar o contrato, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 26.2. Previamente à assinatura do contrato, o ÓRGÃO GERENCIADOR realizará consulta para aferir possível proibição de a licitante adjudicatária contratar com o Poder Público.
- 26.2.1. Quando a adjudicatária não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato ou não o assinar no prazo e condições estabelecidos, caracterizar-se-á o descumprimento integral da obrigação assumida, devendo ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total a contratar, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis.
- 26.2.2. Na hipótese acima citada, a adjudicatária decairá do direito à contratação, reservando-se ao ÓRGÃO GERENCIADOR o direito de convocar os demais proponentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados, em conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.
- 26.3. Aplicam-se às mesmas regras citada na presente Seção, no que couber, para a assinatura de Termos Aditivos e demais instrumentos.

## **27. SANÇÕES**

- 27.1. Após processamento do devido processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a licitante que apresentar documentação falsa; ensejar o retardamento da execução do objeto do certame; não mantiver a proposta; fraudar a execução do contrato; cometer fraude fiscal; deixar de apresentar documentação exigida para o certame e deixar de comportar-se de modo idôneo, ficará impedida de licitar e contratar com a CEMIG, suas subsidiárias e controladas exclusivas, e será descredenciada dos cadastros da CEMIG, nos termos do art. 7º, da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e contrato e de demais cominações legais.

- 27.2. As penalidades previstas acima poderão ser aplicadas juntamente com aquelas constantes no respectivo contrato, garantida a defesa prévia do interessado, no respectivo processo administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

## **28. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PROVISIONAMENTO**

- 28.1. Os recursos destinados ao custeio das despesas decorrentes deste contrato estão previstos no Orçamento Anual de Custeio de devidamente provisionados, através da(s) Requisição(ões) de Compra indicadas no Termo de Referência constante do Edital.

## **29. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 29.1. Os elementos contidos neste edital são meramente informativos e não significam obrigação contratual por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR que, por razões de ordem legal, reserva-se no direito de modificá-los, devendo divulgar aos interessados as alterações processadas, pela mesma forma em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 29.2. A licitante deverá acompanhar as operações no endereço eletrônico <http://compras.cemig.com.br> - Portal Eletrônico de Compras durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 29.3. Da sessão pública, o sistema gerará ata circunstanciada, após a homologação do processo, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.
- 29.4. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na desclassificação ou inabilitação da licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.
- 29.5. Qualquer combinação que possa configurar a formação de cartel, ou ajuste que deixe evidenciada a tentativa de frustrar o caráter competitivo do Pregão, conferirá a CEMIG o direito de restringir a participação das empresas envolvidas, inclusive excluindo-as do certame.

## **30. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO**

- 30.1. A presente licitação será processada e julgada de acordo com as disposições deste edital e de seus anexos, em observância às disposições do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEMIG, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Lei Estadual nº 14.167, de 10/01/2002, Decretos Estaduais nº 44.786, de 18/04/2008, e nº 46.311, de 16/09/2013, Lei nº 13.303, de 30/06/2016, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores.

- 30.2. O foro competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta licitação é o da Comarca de Belo Horizonte - MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### **31. ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL**

- 31.1. ANEXO A - Roteiro de Utilização do Sistema no Portal Eletrônico de Compras da CEMIG.
- 31.2. ANEXO B - Modelo de Carta-Proposta;
- 31.3. ANEXO C - Minuta de Contrato;
- 31.4. ANEXO D - Termo de Referência;
- 31.5. ANEXO E - Especificação Técnica;
- 31.6. ANEXO F - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Belo Horizonte, 09 de março de 2020.

Leandro Correa de Castro  
Gerente de Compras de Materiais e Serviços – SL/MS